

CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES DE SÃO PAULO

JUNTOS MAS SEGREGADOS:

semelhança do espaço urbano e dos interiores

Orientanda: Luma de Sousa Yuoshioka

Orientadora: Prof. Ma. Marca Pinto

Resumo

A iniciativa pública de provento da casa própria entre os anos de 1964 e 1986 foi realizada no país pelo então BNH (Banco Nacional de Habitação) que operava com recursos oriundos e extraídos dos encargos da classe trabalhadora para o financiamento da moradia verticalizada. Peculiarmente, a zona sul da cidade de São Paulo, bairro Moema/Ibirapuera, sedia a implantação de apartamentos de Padrão Médio que replicam a tripartição burguesa da moradia abastada – social, íntima e serviço – e refletem desde então até a atualidade a segregação sócio-cultural-urbanística determinada na composição metropolitana cosmopolita de São Paulo e continuam reafirmando o tradicionalismo do morar.

Palavras-chave: Urbanização. Segregação espacial. Verticalização. Moradia burguesa.

1. Introdução

A constituição horizontal das moradias periféricas e a constituição vertical das moradias centrais refletem, segundo estudiosos do urbanismo contemporâneo, a segregação *sócio-cultura-urbanística* e são determinantes na composição metropolitana e cosmopolita de São Paulo. Esta é a reflexão e estudo que este artigo pretende apresentar, investigando os antecedentes manifestos e mesmo parcialmente ocultos da cultura da moradia.

No final do século XIX, o Brasil foi marcado por intensas mudanças sociais. A abolição da escravidão, a Proclamação da República, as pressões do mercantilismo internacional e o início da industrialização no sudeste brasileiro - responsáveis pela nova divisão social do trabalho - ocasionaram um intenso processo de urbanização nos povoados, vilas e aglomerações humanas e consequentemente em alterações no modo de morar desses habitantes.

2. Objetivos

Analisar os processos de urbanização das cidades coloniais e modernas.

Compreender os sentidos da verticalização na cidade de São Paulo e a instituição da segregação espacial urbana.

Relacionar a segregação urbana com a segregação ocorrida nos *layouts* de arquitetura dos apartamentos de padrão médio/elevado.

3. Metodologia

A pesquisa sobre os processos de verticalização urbana na cidade de São Paulo e a constituição da segregação espacial partiu de fontes bibliográficas, consultas a sites, imagens e anúncios de propaganda de apartamento (entre os anos de 1965-1985). Também contribuiu para o andamento da pesquisa a audição sobre o livro “O que é cidade” de Raquel Rolnik e livros usados para o desenvolvimento do texto escrito. O método utilizado foi tanto o histórico que ajudou a compreender os processos de mudanças ocorridos na cidade de São Paulo quanto monográfico que possibilitou estruturar a pesquisa.

4. Desenvolvimento

Por muito tempo, a única forma de subsistência do ser humano foi através do meio natural, de onde eram retirados todos os recursos considerados essenciais para a continuidade da vida – economia de subsistência. Em meados do século XVIII e durante o século XIX o meio se mecaniza, substituindo o meio natural pelo meio científico (SANTOS, 1994). Nas cidades medievais, o local dos burgos também era passível de habitação, mercado e vida social. A moradia do século XVIII que ocupava toda a edificação era simultaneamente local da família e de produção.

Situação semelhante, do ponto de vista arquitetônico – guardada as devidas proporções – poderia representar o quadro das cidades coloniais brasileiras. As casas dando diretamente para o alinhamento, o não “zoneamento” da cidade de acordo com funções e classes sociais, a casa como unidade de produção de consumo são características identificáveis em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, entre outras tantas cidades brasileiras até meados do século XIX. (ROLNIK, 2012, p.49).

Diferente das sociedades feudais, no Brasil colonial a base da economia era o trabalho escravo, o que gerava uma relação social diferente, com vínculo mercadológico. Mas, ainda assim como nos burgos, não existem nas cidades coloniais as regiões de trabalho separadas das regiões de moradia. Todas as classes sociais poderiam estar juntas fisicamente, pois a distância cultural que os separava era enorme, expressas nas vestimentas e gestualidades e

destacadamente no caso do Brasil a origem étnica e a cor da pele. “A existência do trabalho escravo marcava a paisagem urbana no Brasil colonial. Todo o trabalho (...) era a ele entregue. (...) Aqui, a senzala, e não a corporação representava o mundo do trabalho.” (ROLNIK, 2012, p. 50).

Nesses aproximados 50 anos de passagem de séculos o lar passa a ser considerado de domínio privado da família, se organiza sob a regência do utilitarismo doméstico, equipamentos de conforto e da intimidade. Isso explica uma nova concepção micropolítica familiar e sua relação com o espaço público/privado. Nota-se que a moradia afasta-se da rua e dos vizinhos, criando um loteamento a seu redor. Dentro, existe um zoneamento espacial determinante nas relações íntimas e sociais, onde uma nova região é demarcada: a sala de visitas. A vida social burguesa se retira do espaço da rua e organiza-se segregada, em um meio homogêneo onde só se pode entrar um grupo previamente selecionado (ROLNIK, 2012). O novo conceito de privacidade irá influenciar na relação de reciprocidade do espaço público e privado da própria moradia que se estabelece sob a tripartição burguesa – áreas íntima, social e serviços da moradia.

Em algumas cidades brasileiras a crise da escravidão e a expansão do trabalho livre - isto é, o final do século XIX - vão marcar este impulso segregador. Em São Paulo, por exemplo, esta é a história dos Campos Elísios, Higienópolis e depois a Av. Paulista, obras da burguesia paulistana enriquecida com o capital gerado pelo trabalho dos cafezais. Está é também a história do Brás, da Barra Funda, da Lapa, bairro de mulatos e imigrantes, trabalhadores assalariados da cidade. (ROLNIK, 2012, p.53).

Em São Paulo, no início do século XX, os primeiros bairros operários instalaram-se nas regiões centrais da cidade, seguindo o traçado das ferrovias. Esses bairros, financiados pelas indústrias, serviam para controle do proletariado e também como imóveis rentistas. No entanto, isso possibilitava a população controle sobre o espaço urbano central. Nos anos 1917-1920 de “intensa movimentação operária” (DECCA *apud* SOUZA, 1994, p.45), São Paulo foi tomado de assalto pelas massas trabalhadoras. Nessa época, devido a sua arquitetura padronizada, esses bairros operários exerceram o papel de fortalezas, servindo de esconderijos. A partir de episódios como esse, há um processo nítido de expulsão dos trabalhadores para as periferias. Esse saneamento ocorre para que as áreas centrais voltem ao domínio da cidade do capital. Nesse sentido, a infraestrutura da cidade evolui dos bondes e das caminhadas para os trens suburbanos e os ônibus, velados pelo deslocamento das indústrias e do consequente deslocamento da população proletária para longe

das regiões centrais, gerando a valorização da terra e dando origem a construção de prédios, que substituem as casas térreas, para moradia da classe média. (SOUZA, 1994).

Com esse planejamento e com a ferocidade das demolições, as classes populares, como em São Paulo, são rechaçadas para a periferia, em condições sub-humanas. As áreas insalubres e os morros são ocupados, e é para lá que se transferem também as doenças e epidemias. Tudo isso foi palco de revolta e, ao mesmo tempo, de uma indignação e de uma tomada de consciência sobre o urbano. (SOUZA, 1994, p.44).

O movimento disseminado pelo trabalho assalariado abre o espaço da cidade para que as massas que afluem do campo sejam acomodadas sem se sentirem acolhidas, com pessoas disponíveis para mão-de-obra, mas sem a garantia de humanidade e o direito a cidade. Em grandes cidades cosmopolitas como São Paulo é fácil identificar os territórios diferenciados, essa separação de classes sociais por territórios urbanos é denominada segregação espacial. “É como se a cidade fosse demarcada por cercas, fronteiras imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e de cada um dos moradores.” (ROLNIK, 2012, p.45).

A segregação se faz presente no tempo em que se leva para sair de casa e chegar aos centros comerciais, criando uma dualidade entre a cidade e a “não-cidade”. Isso se dá a partir dos processos de urbanização do tempo, que geram uma construção incompleta, com a formação de bairros incompletos e sem infraestrutura básica de zoneamento, gerando uma construção “eterna” de certas regiões em contraponto com regiões que já nascem formadas e com infraestrutura, consideradas prontas para morar. Isso é o que Milton Santos, no seu livro “Urbanização Brasileira” de 1994, vai denominar meio *técnico-científico-informacional* que tem como base a ciência, a técnica e a informação, responsáveis pela criação de territórios de produção hegemônica que necessitam do meio geográfico para existir.

No Brasil, a metropolização expressa à rapidez com que se urbaniza o espaço nacional. É paradoxal verificar como uma economia subdesenvolvida suporta esse papel que, inegavelmente, lhe é atribuído pela divisão internacional do trabalho, quando a própria realização do capital internacional, sendo a metrópole, no entanto, essencialmente o lugar da pobreza. (SOUZA, 1994, p.39).

O intenso processo de urbanização, aliado a completa desestruturação das cidades para receber toda a massa populacional que afluía dos campos, faz com o que o Estado tenha que promover medidas e fundos para financiar a moradia popular e promover empregos. Sob esse pressuposto, no ano de 1964 sob o

Regime Militar é inaugurado o Banco Nacional de Habitação – BNH, para financiar a moradia. A terra e os loteamentos possuem valor de mercado, desse modo o principal objetivo do BNH foi promover a economia incentivando a construção imobiliária, um dos investimentos mais rentáveis da sociedade em detrimento do apoio social. Através do SFH (Sistema Financeiro Habitacional) que captava recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), que utilizava o dinheiro arrecadado dos trabalhadores, o BNH fomentava a especulação imobiliária, financiando a verticalização para a classe média, nas regiões centrais da cidade de São Paulo, amparada pelas leis de zoneamento urbano, que constantemente se alteravam em favor de empreendimentos de alto padrão, que privilegiavam a construção de moradias verticais que não se enquadravam nas condições da classe trabalhadora. Nessa “máquina” política, só vale o privado e as leis caminham lado a lado a esses interesses, fortalecendo a criação de cidades verticais da classe média.

A configuração de uma sociedade predominantemente urbanizada e com acentuado teor burguês implicou, desde o início da fase republicana, uma penalização permanente das classes populares, apesar de todas as revoltas, convulsões e crises. (SOUZA, 1994, p.43).

É o caso da intensa e rápida verticalização transformadora do Bairro de Moema, que a princípio era de moradia indígena, se transformou em um bairro operário e depois em uma das regiões mais caras da cidade de São Paulo. Isso ocorre primeiro com a vinda dos imigrantes ingleses para trabalharem nas fábricas da região, seguida pela construção da ferrovia que ligava São Paulo a Santo Amaro e depois a substituição pelos bondes elétricos e o início do processo de urbanização do bairro. Em 1936 é inaugurado o Aeroporto de Congonhas, intensificando a urbanização da região. Em 1954 como presente para os munícipes de São Paulo é inaugurado o parque Ibirapuera, na Avenida Ibirapuera, junto às comemorações dos 400 anos da cidade, incentivando o processo de verticalização e valorizando os lotes do bairro, facilitados pelo financiamento do BNH e as leis de zoneamento mínimo. Por fim, no ano de 1976 é inaugurado o Shopping Ibirapuera, que na época foi considerado um dos maiores centros comerciais latinos, alterando completamente a fisionomia de Moema, atualmente considerado um dos bairros com menor índice de violência, de predominância residencial da classe média alta, com frequentes lançamentos de edifícios de luxo. (DÉDALUS, 2003) “Se fosse um país, o bairro teria

o maior IDH do mundo e estaria à frente da Noruega, o primeiro no ranking” (Estadão, 18/11/2014)¹.

A segregação se impõe em nível da constituição de territórios separados para cada grupo social, caracterizando um processo divisório feito por poucos, que destinam as partes das cidades. A relação periferia/centro produz mais que desigualdades de renda, geram a “*máquina*” de desigualdade do poder, que só circula na mão de quem detém o monopólio dos meios de produção e comunicação. (ROLNIK, 2012). “Todo melhoramento em uma área pobre faz dela teatro de um conflito de interesses com as classes médias em expansão, para não falar das classes altas.” (SANTOS, 1994, p. 113).

Segundo Caldeira (2003), as propagações dos enclaves fortificados (condomínios e shoppings) são a nova forma de segregação espacial urbana. Geram mecanismos de proteção entre a esfera do público e do privado, que enfatizam o cultivo do que é particular promovendo o abandono do público e encontram no medo da violência justificativa para a criação de cidades fragmentadas que impedem a livre circulação. Enclaves são elementos homogêneos para consumo da classe média alta que conferem alto *status* e promovem alterações profundas no âmbito social. Em geral possuem características básicas, como: propriedades privadas para uso coletivo; fisicamente isoladas; voltadas para dentro e não para a rua; são controladas por guardas e sistema armados, criando regras de admissão e exclusão. As uniões de enclaves residenciais, complexos de escritórios e shoppings organizam e segregam a cidade. Segurança para manter os outros do lado de fora e garantir o isolamento, felicidade, harmonia entre iguais e liberdade. Exclusão dos indesejáveis e controle dos “outros” - os próprios trabalhadores dos enclaves.

As classes média e alta estão criando seu sonho de independência e liberdade — tanto da cidade e de sua mistura de classes quanto das tarefas domésticas cotidianas — com base na dependência de serviços realizados por pessoas da classe trabalhadora. Eles dão armas para guardas mal pagos controlarem seus próprios movimentos de entrada e saída de seus condomínios. Eles pedem a seus office-boys mal pagos para resolver todos os problemas burocráticos, desde pagar suas contas e ficar em todo tipo de fila, até transportar quantidades incríveis de dinheiro. Eles também pedem a suas empregadas mal pagas — que não raro vivem nas favelas do

¹ Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral%2cmoema-bairro-e-numero-um-em-qualidade-de-vida%2c1609248> > Acesso em: 27 de março de 2015.

outro lado do muro do condomínio — para lavar e passar suas roupas, arrumar suas camas, comprar e preparar sua comida e, frequentemente tomar conta de seus filhos o dia inteiro. Membros das classes altas temem contato e a contaminação pelos pobres, mas continuam a depender de seus empregados pobres. Eles só podem estar angustiados para encontrar a maneira certa de controlar essas pessoas com as quais mantém tais relações ambíguas de dependência e evitação, intimidade e desconfiança. (CALDEIRA, 2003, p. 272).

Nos anos 20 quando iniciou a verticalização na cidade de São Paulo, os edifícios tinham por finalidade serem zonas comerciais. Os locatários percebendo os benefícios que eles acarretavam começaram a alugar pequenos apartamentos para uso residencial, caracterizando a fase rentista dos edifícios, só dissolvida pela lei do inquilinato². Nos anos seguintes a aversão criada pelas classes médias à construção vertical começa a se alterar, devido à massiva quantidade de propagandas, que anunciavam a garantia do pleno conforto e continuação de padrões burgueses e enraizados de habitação em áreas “privilegiadas”. A verticalização, portanto, tem um efeito de sobrevalorização do espaço, visto que se instala em áreas bem equipadas do ponto de vista da infraestrutura, e vai projetar-se como valor. (SOUZA, 1994).

² A medida, tomada por Vargas no momento em que o país entrou na Segunda Guerra Mundial, determinou o congelamento dos valores locativos e a proibição dos despejos, rompendo a tradição liberal que rejeitava qualquer interferência do Estado no mercado de locação. (BONDUKI, 2014, p.43).

A partir da década de sessenta, pelas razões expostas, finalmente instalam-se empreendimentos de luxo, anunciados constantemente pelos jornais nas páginas de classificados de apartamentos da época. Em análise desses anúncios, é possível perceber os mecanismos de homogeneização que eles utilizam para convencer a elite paulistana a consumir seus edifícios. Propagandas como: “Alto Luxo, Majestoso Edifício sob pilotis, Maravilhoso Edifício de Luxo, Palacete Suspenso, Bairro Aristocrático”⁴ eram frequentemente utilizados nessa época. Outra característica fortemente anunciada nas propagandas desse período era a quantidade e a localização das dependências de empregadas situadas sempre nas áreas de serviço e em total isolamento das áreas sociais, vez ou outra, tratadas como “creadas” nos anúncios.

No Brasil, especialmente em São Paulo, a explosão da verticalização se dá a partir de 1964, com a criação do BNH. (...) O Estado brasileiro, portanto, através de um banco público, é que vai financiar esse processo, (...) a longevidade do período de produção e de circulação da mercadoria-

⁴ Anúncios retirados dos Classificados Digitais de Apartamentos da Folha de São Paulo (1965-1985). Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>> Acesso em: 15 de janeiro de 2015.

habitação. Por outro lado, no que concerne à propriedade fundiária e ao seu uso pela verticalização, será objeto de múltiplas alianças entre os donos de terras e os incorporadores, manifestas por uma intermediação do Estado que, em última análise, não só libera o solo para a verticalização (lei do zoneamento e uso do solo) como promove a sua valorização através da implementação das políticas públicas (infraestrutura, saneamento, comunicação, transporte etc. etc.). (SOUZA, 1994, p.196).

Na década de setenta com a difusão dos apartamentos entre as classes médias alta, decorrente do *boom* imobiliário, a cidade é movida pelo intenso processo de verticalização, de um lado edifícios de luxo e de outro marcado por prédios enfileirados e idênticos sem nenhum tipo de preocupação urbanística, para ocupação dos trabalhadores pobres.

Ao colocar em primeiro plano a produção massiva realizada por empreiteiras, os projetos não levavam em conta aspectos culturais, ambientais e de contexto urbano, reproduzindo à exaustão modelos padronizados, que ficam conhecidos como os “carimbos” do BNH. O resultado, em geral, foram construções desprovidas de qualquer cuidado arquitetônico, blocos em forma de H (...) que povoaram as periferias urbanas a partir dos anos de 1960. (BONDUKI, 2014, p. 67).

Em análise dos anúncios desse período, fica evidenciado, em que medida as leis de zoneamento urbano se ajustavam para garantir um pedaço reservado da cidade para as elites. É possível perceber que, a média de dormitórios na construção de Edifícios na Zona Sul é de três dormitórios, com pelo menos um dormitório de empregada e um banheiro separado para elas, também situado nas áreas de serviço. Outra característica das construções de alto padrão dos anos setenta é a introdução das suítes, que valorizam ainda mais o imóvel. A quantidade de cômodos na construção, por si só já apartava os menos favorecidos, muitas vezes impossibilitados até de residir cortiços indo residir em favelas à base de construções irregulares, quanto mais apartamentos de proporções avantajadas construídos em regiões cercadas por infraestrutura, comércio e áreas de lazer.

Em termo de dimensão dos lançamentos, em função do número de dormitórios, teremos um forte argumento para essa proposta de valorização do espaço: os maiores apartamentos correspondendo, obviamente, aos maiores preços por metro quadrado, porque em maiores áreas e em melhores bairros (mais bem equipados). (SOUZA, 1994, p. 143).

Os anos oitenta foram açotados pela crise que vinha fervilhando durante a ditadura, que não conseguiu controlar o processo de urbanização e foi marcado pela intensa faixa de pobreza e miséria que conservou, apesar de ter tentado criar uma política urbana de controle federal, o BNH foi caracterizado pela difusão de construções mal planejadas, que criou zonas-dormitório afastadas da cidade.

A tripartição sociocultural da moradia e a constituição da cidade cosmopolita de São Paulo possuem uma relação de domínio territorial, onde o ter é mais recorrente que o ser, na busca da consagração de uma sociedade tradicional e hegemônica que a todo custo busca apartar os diferentes, fortalecendo o capital, que através de táticas contemporâneas de segregação, continua reafirmando seus resquícios de sociedade colonizada e colonizadora.

5. Resultados

Pode-se inferir que a segregação espacial e o parcelamento do solo da cidade realizado no âmbito urbano reproduz e recalitra a segregação dos interiores dos apartamentos de alto padrão.

Conforme foi exposto, a busca pela hegemonia é fator regente e determinante na configuração espacial urbana e de arquitetura (*layout*) dos apartamentos da classe dominante econômica e culturalmente falando.

6. Considerações Finais

Todos os avanços tecnológicos na cidade de São Paulo não conseguiram alterar a base social da sociedade exploratória e escravocrata, construída do agrupamento de hegemonias e violação dos que considera diferente. As próprias relações de exclusão entre as áreas sociais da moradia com as áreas de serviços refletem a constituição do espaço urbano, que segrega em áreas isoladas e sem infraestrutura básica os trabalhadores pobres, que todos os dias são flagelados – nos trajetos de ida e volta das suas zonas dormitórios - pela má qualidade do transporte público, que condiciona a esfera de indiferença criada com o humano, como se ainda estivéssemos em regime colonial e de escravidão. Isso nos mostra a importância de incentivos para a retomada do público, das ruas, das regiões centrais, das intervenções urbanas e de tudo aquilo que nos coloca como iguais e em condições semelhantes com o outro.

7. Referências

BONDUKI, Nabil. *Os pioneiros da habitação social - volume 1: cem anos de políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp: Edição Sesc São Paulo, 2014.

BRANDÃO, Ludmila de Lima. *Casa subjetiva, A: matérias, afectos e espaços domésticos*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo 2. Ed.* São Paulo: Edusp, 2003.
- DÉDALUS. *O Bairro de Moema transformação e verticalização: causa e efeito.* Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/moema_1285687682.pdf> Acesso em: 05 de março de 2015.
- FORTY, Adrian. *Objetos de desejo: design e sociedade desde 1750.* São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- FRANCO, Ruy Eduardo. *Debs. Artacho Jurado: arquitetura proibida.* São Paulo: Senac São Paulo, 2008.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande Senzala: formação da família brasileira sob regime patriarcal.* São Paulo: Global, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil. – 27º ed. –* São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- LAFETÁ, João Luis. *1930 A crítica e o modernismo.* [S.l.]: Graf-Karla, 1974.
- MATHIAS, Ronaldo. *Antropologia e Arte.* São Paulo: Claridade, 2014.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro.* 1. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.
- ROLNIK, Raquel. *O é Cidade.* 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.
- RYBCZNSKI, Witold. *Casa: pequena história de uma idéia.* Tradução de Betina Von Staa. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira.* São Paulo: HUNITEC, 1994.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *A Identidade da Metrópole: verticalização em São Paulo.* São Paulo: HUNITEC; EDUSP, 1994.
- VERÍSSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, Seba Mallmann. *500 anos da casa no Brasil: as transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia.* Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.